



( Tradução )

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## INTERPELAÇÃO ORAL

No início do seu 3.º mandato, o Governo afirmou que uma das suas tarefas importantes seriam as políticas demográficas. Depois, em Novembro de 2012, iniciou-se a consulta pública sobre o “Enquadramento da Política Demográfica”, só que já se passaram dois anos e tal, e o Gabinete de Estudo das Políticas, responsável por este trabalho, para além de ter divulgado as opiniões recolhidas na consulta pública, indicando que os “princípios e objectivos da política demográfica”, o “aperfeiçoamento do sistema de imigração” e a “futura dimensão demográfica” são os três temas que mais despertam a atenção da sociedade, não divulgou mais avanços sobre este estudo.

O que merece a nossa atenção é que foram registados 170 mil trabalhadores não residentes (TNR) em Macau nos finais do ano transacto e que o Gabinete para os Recursos Humanos já aprovou mais de 200 mil quotas. A grande quantidade de TNR, para além de causar implicações no trabalho dos residentes, também é motivo do aumento das rendas, da elevação da pressão na passagem das fronteiras, das dificuldades nas deslocações a nível de trânsito, entre outros problemas negativos, afectando gravemente a qualidade de vida da população. Os recordes do número de turistas estão, gradualmente, a afectar a vida quotidiana dos residentes, a que se acresce a sobrecarga nas fronteiras, no trânsito, nos restaurantes e nas atracções turísticas, nos dias feriados, o que provoca o descontentamento dos residentes e dos próprios turistas. A sociedade pede ao Governo para prestar atenção ao problema da sobrecarga da capacidade de acolhimento de Macau.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

As políticas demográficas deveriam ser o conteúdo fulcral de estudo em relação à capacidade de acolhimento. Porque é que, após tantos anos, ainda não se vêem avanços sobre o estudo das políticas demográficas? Isto desaponta-nos e faz-nos criticar.

Por outro lado, com o ensino gratuito e o aumento gradual das políticas de regalias sociais nestes últimos anos, muitos residentes de Macau que tinham emigrado começaram a voltar e renovaram o seu bilhete de identidade, a que se juntam ainda os 170 mil TRN que trabalham em Macau, por isso, registaram-se mudanças relativamente significativas ao nível da quantidade e da estrutura demográfica. As políticas demográficas têm implicação no desenvolvimento sustentável de Macau e estão estreitamente ligadas à formação de talentos, ao ensino, à segurança social, à medicina e saúde, à habitação, etc., sendo alvo de atenção da sociedade. Neste momento, o Governo da RAEM deve atender aos objectivos da construção do Centro Mundial de Turismo e de Lazer e da Cidade Habitável, e considerar e planear, escrupulosamente, o futuro rumo do desenvolvimento demográfico de Macau.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Após a publicação do Relatório e Opiniões da Consulta Pública sobre o Enquadramento da Política Demográfica da RAEM, o Gabinete de Estudo das Políticas já efectuou algum acompanhamento ao nível do estudo da política demográfica? Em caso afirmativo, quando é que o resultado vai ser divulgado?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

2. Face ao grande aumento de trabalhadores não residentes e turistas, os residentes consideram que a cidade já está mesmo sobrecarregada, assim, que critérios vão servir de base para definir a “futura dimensão demográfica”? O espaço da vida quotidiana e os recursos dos residentes estão sempre a ser restringidos devido ao crescimento excessivo da economia e a qualidade da sua vida vai diminuindo. Então, de que medidas o Governo dispõe para fazer face à insatisfação dos residentes?
3. Segundo os dados relativos aos beneficiários do plano de participação pecuniária e à população de Macau, são mais de 100 mil, os residentes que vivem no exterior do território, no entanto, eles podem regressar à RAEM e, se assim acontecer, a população de Macau irá ultrapassar 700 mil, número que excede imenso os 650 mil previamente determinados pela Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) como o máximo que a cidade consegue suportar em 2020. Por isso, ao definir uma política demográfica adequada, o Governo deve inteirar-se da idade, formação académica e profissão dos residentes que vivem no exterior, assim como das causas da emigração. O Governo já pensou em obter estas informações? Neste momento, de que dados o Governo dispõe?

29 de Janeiro de 2015

A Deputada à Assembleia Legislativa  
da Região Administrativa Especial de Macau,  
Lei Cheng I